

BRASIL E ARGENTINA: ANALISANDO A RIVALIDADE ENTRE OS DOIS PAÍSES

BRAZIL AND ARGENTINA: ANALYZING THE RIVALRY BETWEEN THE TWO COUNTRIES

Luciano Anderson Breitreitz*

Resumo: A rivalidade entre as nações do Brasil e da Argentina no esporte pode ser considerada uma das mais evidentes e reconhecida mundialmente. Realmente o espírito de competitividade entre os dois países pode ser visto principalmente através do futebol. Porém esta rivalidade não se resume ao campo de jogo. Apesar de ser bastante evidente, principalmente durante as Copas do Mundo, esse espírito de competitividade entre os dois países teve suas origens fora do esporte. O objetivo deste artigo é aprofundar a discussão sobre a rivalidade, buscando suas origens e expondo alguns conceitos importantes para entender a relação entre os dois países. Entender como se desenvolveu as relações entre o Brasil e a Argentina também é entender os motivos que ajudam a construir a rivalidade tão evidente atualmente. A competitividade entre os dois países vizinhos pode ser vista apenas no esporte, mas também na economia e na política. Este artigo traz um breve histórico das relações entre os dois países tendo a rivalidade como principal objeto de análise.

Palavras-Chave: Argentina; Brasil; Política; Rivalidade

Abstract: The rivalry between the nations of Brazil and Argentina in the sport can be considered one of the most evident and recognized worldwide. Indeed the spirit of competitiveness between the two countries can be seen mostly through football. But this rivalry is not limited to the playing field. Despite being quite evident, especially during the World Cup, this spirit of competition between the two countries had its origins outside of sports. The purpose of this article is to deepen the discussion about the rivalry, seeking their origins and exposing some important concepts to understand the relationship between the two countries. Understanding how developed the relationship between Brazil and Argentina also understand the reasons that help build the rivalry as currently evident. The competitiveness between the two neighboring countries can be seen only in sports but also in the economy and politics. This article provides a brief history of relations between the two countries with the rivalry as the main object of analysis.

Key Words: Argentina; Brazil; Policy; Rivalry

Introdução

A rivalidade entre Brasil e Argentina é provavelmente a mais tradicional no universo do futebol. É através desse esporte que percebemos de maneira mais evidente nossas diferenças. O histórico de confronto entre os dois países teve momento de extrema tensão, inclusive com acusações de manipulação de resultado. Os dois adversários têm um amplo

*Graduado em Comunicação Social - Universidade de Passo Fundo. Mestre em História e Doutorando em História PPGH/UPF; E-mail: lucianodiario@msn.com.

histórico de confronto, principalmente durante o Século XX, que tornou os jogos entre as seleções dos dois países, um confronto entre as duas nações.

Conduto, se considerarmos o futebol como uma guerra simbólica, e um esporte que em determinado aspecto representa uma metáfora que ajuda a explicar a sociedade, não é de se surpreender que se pode buscar as raízes dessa rivalidade em aspectos fora do âmbito esportivo. Aliás, podemos ousar destacar que a rivalidade entre brasileiros e argentinos não começou no futebol, mas acabou migrando para dentro de campo depois de várias décadas, ou até mesmo séculos, de intenso atrito e confronto no âmbito das relações internacionais, sejam relações políticas ou econômicas.

O que vamos tratar nas próximas páginas é mostrar que a rivalidade entre Brasil e Argentina está entre as maiores do âmbito do futebol, porém, vamos buscar um pouco do histórico desse confronto nas relações internacionais. O que vamos tratar é que foi principalmente o histórico de confronto na política internacional de Brasil e Argentina é que formou essa rivalidade, que posteriormente acabou migrando para dentro de campo.

As informações não são discutidas de forma cronológica, mas inicia com os confrontos dentro de campo e posteriormente é tratada no âmbito das relações internacionais. Porém, a discussão busca abrir uma janela para alguns conceitos, afinal, a rivalidade entre Brasil X Argentina não pode ser considerado apenas entre duas seleções ou dois governos, mas é preciso considerar que esta rivalidade é observada entre duas nações, e por isso também é discutido um pouco sobre os conceitos de nação e nacionalismo. Por se tratar de dois países fronteiriços, também cabe uma breve discussão sobre fronteiras. Onde se estabelece a diferença e o confronto entre o “nós” e o “eles”.

Rivalidade Brasil e Argentina: A evidência está no futebol

Para discutir um pouco sobre o futebol, inicialmente vamos recorrer a CHACRA (2014), que destaca que uma partida de futebol envolvendo brasileiros e argentinos extrapolou, e muito, o universo de relações entre os dois países fronteiriços. Brasileiros e argentinos, quando entram em campo param o mundo. Basta perguntar para um palestino ou para um israelense para qual time ele torce na Copa do Mundo, quando o deles não está na disputa. Se não for o Brasil, será a Argentina. Se no campo da política não existem conflitos mais profundos desde o século XIX, apesar de alguns embates exacerbados em alguns

assuntos pontuais, quando o assunto entra no campo de futebol a situação muda completamente. O acadêmico Pablo Alabarces, da Universidade de Buenos Aires (UBA), que realizou com o brasileiro Ronaldo Hedal (UERJ) um debate sobre a relação futebolística entre os dois lados da fronteira, cunhou uma frase que tenta resumir a intrincada trama de sentimentos mútuos: “Os brasileiros amam odiar a Argentina, enquanto os argentinos odeiam amar o Brasil”. Hedal ressalta que qualquer rivalidade contém uma dose de admiração e de inveja. Somente rivalizamos com alguém que tem algo que desejamos possuir ou superar.

A questão levantada pelo acadêmico argentino pode ser tratada como o ponto que considerados central. Há algo na Argentina que traga inveja aos brasileiros? Existe algo no Brasil que a Argentina tenha desejo? A resposta é extremamente simples e ao mesmo tempo extremamente complexa: Sim, ambos desejam a possibilidade de atingir a supremacia na América do Sul. Apesar de, neste momento, estarmos nos direcionando as questões relacionadas ao futebol, não foi dentro das quatro linhas da cal que a busca por essa supremacia, e por consequência a rivalidade, começou. Ao contrário, tal fenômeno (rivalidade futebolística) passou a ser evidenciado somente no decorrer do século XX. Porém, a rivalidade entre os dois países historicamente foi tão intensa, no âmbito político, diplomático, econômico e bélico, que passou naturalmente para campo de futebol.

Fazendo um trocadilho com o esporte, podemos dar um pontapé inicial literalmente no futebol. Mas como já foi explicado anteriormente não é a prática do esporte que nos interessa, mas sim a utilização deste esporte como metáfora das dinâmicas sociais. Na verdade a ideia de utilizar futebol como objeto de pesquisa histórica é pouco comum, porém, está longe de ser inédita. Também consideramos que a rivalidade, não apenas no futebol, mas em diversos âmbitos sociais, como por exemplo na política, também já foi alvo de muito estudo, mesmo assim, cabe neste momento, um aprofundamento de algumas questões relativas ao futebol e a rivalidade, bem como a maneira que serão abordadas neste trabalho.

De fato, o futebol, como a maioria dos esportes, é excelente terreno para a construção e confrontação de juízos sobre a nação. E é justamente porque os esportes se constituem em “domínio menor” da sociedade que apresentam enorme abertura às mais diversas apropriações ideológicas. Tratando-se da atuação da seleção brasileira de futebol, chega a ser impressionante o modo como se passa, sem nenhuma mediação considerável, da avaliação do time para a avaliação do povo. As vitórias da seleção nacional evidenciam a capacidade do povo brasileiro, enquanto as derrotas são nada menos que denúncias de sua indignância.

Com relação a rivalidade que se estabelece no campo esportivo, em geral, ele é associado à discussões que extrapolam as questões ligadas aos 90 minutos de jogo. Ao analisar uma rivalidade esportiva, se observa que muito da rivalidade dentro de campo reflete fatores sociais, que estão presentes no dia-a-dia dos grupos envolvidos na disputa e representadas pelos clubes de futebol.

O futebol pode ser analisado como uma fronteira entre as diferenças, o local onde fica visível o “nós” e o “eles”. É importante ressaltar que no campo de jogo não ficam evidente apenas as diferenças coletivas de uma sociedade, mas conflitos internos, como os de ordem sentimental. A diferença se estabelece como a força motriz do futebol, o único sentido do futebol se dá através do confronto dos antagônicos.

FRANCO JÚNIOR (2007, p.201), avalia que a dinâmica da rivalidade se aplica tanto as seleções nacionais quando aos clubes. No primeiro caso, por exemplo, à medida que o tempo nos afasta de 1950 e o Uruguai deixa de ser potência no futebol, a rivalidade entre brasileiros e uruguaios fica mais fraca. Ao contrário, o fortalecimento futebolístico do México e algumas vitórias sobre o Brasil vão aos poucos criando nova rivalidade continental. Os atritos políticos e territoriais ocorridos no passado entre dois países estão sempre alimentando a rivalidade futebolística. É o caso da Escócia e da Inglaterra ou da Bolívia e Chile. E, provavelmente este seja o principal motivo que alimenta a rivalidade entre Brasil e Argentina. Estes dois países fronteiriços mantêm um conflito no campo político, econômico e diplomático há vários séculos. Por vezes havendo uma aproximação maior e por outras aumentando o atrito, e por consequência um afastamento de interesses.

WISNIK (2008, p. 75-76), considera essencial entender que, ao dar forma lúdica ao mito da concorrência universal, o futebol criou o campo simbólico onde essa concorrência muda de sentido em dois aspectos. O primeiro no campo social, já que é apropriada por agentes que não teriam oportunidade no campo da competição econômica (operários ingleses ou brasileiros pobres, por exemplo). O segundo no campo simbólico, já que a concorrência se dá em código corporal e não verbal, irradiante de sentidos não determinados, desfrutando de um estatuto correspondente ao da autonomia da obra de arte.

ALVES (2006, p.33 a 37) expõe o futebol sob o ponto de vista do torcedor, onde sua maior motivação por apoiar incondicionalmente um time está no prazer de ver o adversário derrotado. Ele propõe uma analogia entre o futebol e o sadismo, onde a maior alegria do torcedor é, de alguma maneira, humilhar o oponente. O autor faz uma reflexão sobre o

cotidiano de qualquer pessoa, que se diverte com o sofrimento alheio, citando como exemplo a televisão, onde os desenhos animados têm no seu ápice e ponto mais engraçado quando o vilão “quebra a cara”, mas não de forma definitiva, já que na cena seguinte ele está completamente reestruturado para novamente fazer o espectador se divertir com o mesmo mecanismo.

Esta lógica é aplicada inteiramente ao futebol, onde o torcedor busca matar moralmente o adversário, mas tendo consciência que na rodada seguinte ele vai estar completamente recuperado para ser novamente alvo do ataque e da diversão.

Se, por um lado, o prazer de superar um adversário é uma das grandes forças atrativas no futebol, por outro, a derrota torna-se um grande martírio. A rivalidade, independente do resultado em campo, exerce uma influência direta no cotidiano das pessoas e na sua autoestima, se referindo a questões que extrapolam o campo. Uma derrota em um clássico, por exemplo, e é o caso de Brasil e Argentina, define o rumo iniciado e norteado nos bastidores das seleções.

No caso Brasil X Argentina, a rivalidade ganhou um contorno mais forte durante a Copa do Mundo de 1978, que foi realizada na Argentina e que teve o país sede como campeão. As duas seleções se enfrentaram na fase de grupos e apenas um avançaria para fase seguinte. Empatados em número de pontos, a decisão da vaga foi disputada no saldo de gols, com vantagem para os argentinos. Desde então alguns autores trazem à tona a suspeita de que os argentinos teriam reservado parte do orçamento da Copa para a compra de resultados, caso os gols não aparecessem naturalmente durante os 90 minutos. GIULIANOTTI (2002, p. 135) lembra a suspeita de que houve manipulação de resultado em uma das partidas semifinais, quando a seleção local precisava vencer os representantes peruanos por uma diferença mínima de quatro gols. Antes da partida a Argentina enviou 35 mil toneladas de cereais de graça para a junta peruana e liberou cinquenta bilhões de dólares em crédito bancário. Os argentinos venceram pelo placar de 6 a 0 após os peruanos terem entrado em campo com quatro reservas e perdido várias chances fáceis de marcar gols.

Independentemente da veracidade das informações sobre a compra de resultados dos jogos da Copa do Mundo de 1978, desde a eliminação do Brasil, o imaginário coletivo dos brasileiros é alimentado por informações sobre a “injustiça” cometida naquela competição, fato que incita e mantém vivo no imaginário coletivo a rivalidade entre os torcedores dos dois países.

A importância simbólica da seleção nacional para uma nação é muitas vezes difícil de ser dimensionada. GALEANO (2004, P. 193) tenta buscar explicações: “Somos porque ganhamos. Se perdemos, deixamos de ser”. Desta forma a camisa da seleção representa o mais inquestionável símbolo da identidade coletiva. Para ele isso acontece em países que vivenciam diferentes realidades, não apenas naqueles que precisam do futebol para figurar no mapa. Como exemplo cita o jornal Daily Mirror de Londres, que após a eliminação da Inglaterra nas preliminares da Copa do Mundo de 1994 estampou em letras garrafais: O Fim do Mundo.

Rivalidade Brasil X Argentina: Alguns conceitos

Muito mais do que a rivalidade entre dois países, esta discussão trata da rivalidade entre duas nações (Brasil X Argentina), portanto cabe abrir aqui uma discussão sobre alguns conceitos de nação, nacionalismo e, até mesmo, sobre identidade nacional. Considerando o fato de trabalharmos a relação de dois países fronteiriços, é necessário esclarecer alguns pontos sobre a conceitualização de alguns elementos importantes, principalmente aqueles relacionados ao “nacional”. E para isso, vamos nos reportar 200 anos ao passado, saindo da América do Sul e novamente buscando elementos na Europa, onde, ao longo do século XIX, operou-se a conversão dos príncipes para a Europa das nações. THIESSE (2001/2002) explica que antes de ser uma transformação da cartografia estatal, a mudança foi uma mutação radical das representações. O advento dos Estados Nações foi promovido por meio da elaboração de um sistema de identidades coletivas inteiramente novo. Atualmente, a existência de identidades nacionais fortes é incontestável; mais ainda, estas identidades nacionais, que parecem irredutíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do continente. Entretanto, estas identidades nacionais não existiam em 1800. Sua criação foi uma das grandes obras europeias do século XIX, da qual participavam massivamente intelectuais, artistas e escritores. Paradoxo maior: as identidades nacionais foram forjadas no contexto de intensas trocas internacionais, cujo resultado foi a determinação de modelo comum de produção das diferenças.

Quando falamos de nação busca-se entender uma definição bastante aproximada da conceitualização e da discussão levantada por THIESSE (2001/2002, P.8) que levanta a hipótese que nação pode concebida como uma comunidade de nascimento, instituindo uma

igualdade e uma fraternidade de princípio entre seus membros. A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca (ou no caso deste trabalho entendendo uma similaridade entre monarca e governo), coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo. Qual é, efetivamente, o patrimônio simbólico e material que possuem de maneira indivisa o junker prussiano e o camponês bávaro? Ou o burguês toscano e o pastor calabrês, ou o notário normando e o artesão da região das Cevanas? Inicialmente, e é o mínimo que se pode dizer, a resposta não tem nada de evidente. Será necessário mais de um século de intensa atividade criadora para construir a identidade nacional dos alemães, dos italianos, dos franceses e de todos os seus homólogos europeus.

Entende-se, por tanto, algo que novamente nos remete à memória, seja a construção coletiva de um suposto passado de orgulho ou um sentimento de diferença do “outro”, tema que será aprofundado em breve. Porém cabe ressaltar que THIESSE (2001/2002, p.10) mesmo consciente de que o conceito de nação é algo que podemos considerar ressentido na história da sociedade, cria-se, ou surge, a partir de elemento recortados e ligados ao povo que está mantendo relações dentro das fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas. Para a autora, a cultura popular que assim se encontra promovida como fundamento da cultura nacional não se confunde com a cultura viva do campesinato: trata-se, sobretudo, de um artefato que certamente toma emprestado desta cultura popular alguns elementos, mas que, antes de tudo, destina-se a operar uma renovação da cultura letrada. Valendo-se do precedente ossiânico, grupos de jovens alemães, suecos, ou russos colecionam e publicam atos épicos, sagas, baladas: os velhos guerreiros celtas, germânicos, vikings ou eslavos são intensamente mobilizados em um duplo combate pela refundação cultural da Europa e pela luta contra todos os tipos de tirania. Porém, cabe também enfatizar que a historiografia de uma nação distingue-se da historiografia de uma monarquia na sua natureza e na sua forma. Ela deve colocar em evidência a continuidade e a unidade da nação como ser coletivo através dos séculos, apesar de todas as opressões, de todos os infortúnios, de todas as traições. E é em romance, um gênero literário tão jovem quando a ideia de nação que servirá, ao mesmo tempo, de modelo narrativo para as primeiras elaborações eruditas de escrita nacional e de vetor de difusão de uma nova visão do passado (THIESSE, 2001/2002, p.12). Hoje, é possível

evocar uma nação simplesmente através de sua paisagem: a publicidade, os cartazes turísticos fazem isto regularmente. Se a leitura é geralmente imediata e sem ambiguidade, é porque uma codificação da natureza em termos nacionais foi conduzida no século anterior. O trabalho de elaboração da paisagem nacional é obra coletiva, conduzido tanto pelos poetas e romancistas como pelos pintores (THIESSE, 2001/2002, p.14).

Entendendo um pouco mais o conceito de nação, parte-se então para o que chamamos de nacionalismo, que é propriamente a força motriz da rivalidade entre o Brasil e a Argentina.

SMITH (2000) considera que no início do século XX, a ideia nacional havia-se convertido na norma. Isso torna cada vez mais difícil teorizar sobre o nacionalismo. Uma vez desenvolvido o Estado Moderno, territorial e soberano, houve uma tendência esmagadora para que as populações desses Estados se identificassem com eles em termos nacionais. Quando o Estado nacional generalizou-se por grande parte da Europa, todos haviam passado a falar a linguagem do nacionalismo. Em um mundo em que quase todos são nacionalistas torna-se mais importante distinguir os nacionalismos. Porém, isso não impede de pontuarmos algumas questões importantes sobre o nacionalismo, que o próprio SMITH (2000) esclarece, já que a história do nacionalismo é tanto uma história dos seus interlocutores, quanto da ideologia e do movimento em si. Exatamente por parecer tão multiforme e esquivo, o nacionalismo só se revela em suas diversas formas, ou melhor, nas formas que nos são dadas por seus proponentes críticos. Por isso é considerado um movimento histórico por excelência, pois emergiu em uma dada época histórica e se manifesta apenas em situações históricas específicas.

Além disso, porém, há um sentido mais particular em que podemos chamar o nacionalismo de movimento profundamente “histórico”. Os historiadores aparecem como destaque entre seus criadores e devotos, mas também lideram a tentativa de avaliá-lo e compreendê-lo. Em suas respectivas comunidades, Michelet, Burke, Muller, Karamzin, Palàcky e muitos outros construíram as bases morais e intelectuais de um nacionalismo emergente. Porém, na mesma medida os historiadores estiveram entre os principais críticos e opositores do nacionalismo, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial. Eles atribuíam ao nacionalismo uma multiplicidade de consequências perniciosas, indo desde políticas sociais e culturais absurdas até o terror totalitário e desestabilização global. Em geral os historiadores têm visto o nacionalismo como uma doutrina, um princípio ou uma tese. O nacionalismo é equiparado ao sentimento nacional, um sentimento de pertencer à nação e se

identificar com ela. A nação, por sua vez, é vista como atendendo a necessidades individuais e coletivas de calor humano, força e estabilidade, que assumem uma importância muito maior quando os laços de família e vizinhança se afrouxam.

Para o historiador crítico, não há razão para que os seres humanos não prefiram viver, trabalhar, e ser governados em conjunto, talvez, com base em algum laço cultural ou experiências históricas comuns. Mas essa doutrina não pode ser confundida com as variedades continental e romântica do nacionalismo, que tratam os indivíduos como membros de comunidades imutáveis, que só podem ser livres quando governam a si mesmas. A compreensão histórica do complexo fenômeno do nacionalismo baseia-se em uma definição bastante estreita e em um modo de explicação bastante específico. O que significa situar a origem do nacionalismo e os conceitos no contexto do pensamento e da história europeus. Isso pelo fato da Europa moderna ter assistido a uma desarticulação de seus tipos de comunidade, economia e ordem política, as vantagens e os aspectos psíquicos do nacionalismo são enfatizados, e recebem especial atenção as funções que ele exerce para os indivíduos desorientados e as comunidades retiradas de seus lugares de origem. O mecanismo que explica a difusão do nacionalismo para a Ásia, África e América Latina é uma mescla de imitação e reação. As elites adotam essas ideias de nação e regeneração nacional. O nacionalismo floresce nas circunstâncias específicas do imperialismo e do colonialismo europeus. Porém, sua disseminação acontece automaticamente deste que tenham surgido, mesmo que em pequeno número, uma camada de intelectuais no país receptor.

Ultimamente aparecem dois outros aspectos da compreensão que os historiadores têm do nacionalismo. O primeiro é que a natureza de nação é construída. O que significa que a nação, objeto dos esforços de todo nacionalismo, é artificial. O segundo aspecto é a modernidade das nações e do nacionalismo. Os nacionalistas aspiram a um passado mítico, que existe apenas nas suas mentes e de seus seguidores, mesmo quando é cinicamente fabricado para fins políticos atuais.

Neste aspecto também vale destacar que esta análise aborda questões sobre dois países fronteiriços, portanto nos cabe destacar, mesmo que maneira breve alguns aspectos sobre os conceitos de fronteira. Para tanto, buscaremos em GOLIN, (2002) algumas questões centrais. De certa forma o limite é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa fronteiriça. Na geografia política, o Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para suas áreas de soberana e organização. Seu território precisa ser claramente

limitado, não por áreas fronteiriças, mas por linhas inconfundíveis. Essas linhas são os limites interestaduais. Porém, neste estudo considera-se um conceito mais amplo, onde a fronteira é interpretada como uma faixa ou zona existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão. Contudo, quando destaca-se o conceito de fronteira, que vai além da linha divisória formal, existem as fronteiras econômicas, sociais, culturais, ambientais, que podem limitar mais que a divisória, ao mesmo tempo em que são menos perceptíveis, ou pouco compreensíveis pelo senso comum. Além do patamar mais complexo da sua interpretação, a fronteira inseriu no imaginário social como um limite. Isso se deve à carga geopolítica que existe na sua representação como limite burocrático-administrativo entre Estados nacionais, ou mesmo entre municípios, regiões e unidades da Federação.

Partido deste princípio de GOLIN (2002), pode-se afirmar que, apesar da ideia de fronteira formal, delimitada pelos governos centrais, tanto do Brasil, quanto da Argentina, quando discute-se algumas questões inerentes a aspectos culturais, é necessário considerar o que no imaginário coletivo de brasileiros e argentinos as fronteiras não se limitam as fronteiras políticas. A região que abrange a linha divisória entre brasileiros e argentinos não trata apenas de questões econômicas ou políticas, considera que tratam-se também do aspecto mais primitivo que alimenta a rivalidade, ou seja, a divisão entre o “nós” e o “eles”, que é também o fundamento básico do futebol, que, como já foi abordado anteriormente, é visto neste trabalho como uma guerra simbólica. Ao agregar aqui, o conceito de nação, GOLIN (2002) destaca a importância de se considerar o seu conteúdo cultural-imaginário. O Estado-nação procura delimitar e zelar por suas fronteiras geopolíticas, ele também se empenha em demarcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação. Na verdade, assim como THIESSE (2001/2002), GOLIN (2002, p.66), também considera que a nação é um produto cultural que surge na Europa a partir do fim do XVIII e que se constitui em uma comunidade política imaginária.

Rivalidade Brasil X Argentina: As origens nas relações internacionais

Como já foi abordada anteriormente, esta análise da rivalidade entre Brasil e Argentina não se resume ao âmbito do futebol, ao contrário, a abordagem deixa claro que o universo do futebol apenas reflete uma rivalidade pré-existente entre as duas nações. Nesta análise, utiliza-se o futebol como um conceito de guerra simbólica, baseado em FRANCO

JUNIOR, (2007, p. 235 a 237). Toda a sociedade consente alguma forma de violência considerada legítima (prisão, tortura, execução, sacrifício) para controlar violências legítimas (roubo, coação, assassinato). Se muitas culturas aceitaram ou aceitam a ideia de sacrifício ritual de alguns indivíduos, todas concordam explicita ou implicitamente com a ideia da guerra como sacrifício coletivo. A morte de certo numero de pessoas, oferecidas aos deuses ou à sociedade, significa a sobrevivência das outras. A guerra é síntese e ápice dessa crença. Se a guerra, conforme a célebre definição de Carl Von Clausewitz, é “continuação – ou prevenção – da guerra por outros meios. Talvez não seja casual que nas culturas hindus, islâmicas e judaicas, que aceitam o sacrifício ritual, o futebol não tenha a mesma difusão que no Ocidente Cristão.

Futebol é guerra simbólica. A linguagem usada nele tem expressões significativas, como “matar a bola”, “matar a jogada” ou “matar o jogo”. O jogador encarregado de fazer a maior parte dos gols é o “artilheiro”, o “matador”. O representante do time junto ao árbitro é conhecido por uma patente militar, “o capitão”. Certos futebolistas, devido a disposição em campo ganham o apelido de “guerreiro”, outros devido a sua força física são chamados de “tanque”. A própria partida é o “confronto”, o “duelo”, o “embate”. É o treinador que, como um general, mantém a tropa em boas condições de vencer. É ele quem determina as regras ao grupo, quase sempre enfatizando as virtudes militares da camaradagem e disciplina, mantendo a equipe unida na concentração (termo de sentido militar). O treinador, da mesma forma que o general, é quem define a tática a ser empregada. É aquele que escolhe a disposição de seus homens no terreno de jogo e as ações conjuntas que eles devem executar pra melhor defender e atacar (mais uma vez, vocábulos militares). Na formulação mais elementar, o futebol é o jogo no qual quem está com a bola ataca, quem não está se defende. O dado fundamental é a ocupação neste espaço.

Analisando o futebol como uma guerra simbólica, não é de surpreender que uma das principais rivalidades do esporte mundial, seja entre Brasil e Argentina. Pode-se entender que, as divergências entre os dois países, acabe convergindo para uma solução simbólica entre as seleções dos dois países. Brasil e Argentina tem um histórico de aproximação e afastamento bastante constante no âmbito político, que pode ser observado desde o processo de formação dos dois países.

RECKZIEGEL (1996, p.30), considera que a característica maior do relacionamento brasileiro-argentino, mesmo que intercalado por momentos de amizade, ou até mesmo certa

indiferença, foi o constante estado de rivalidade. Muitas vezes não oficialmente declarado, o antagonismo permeou essas ligações na medida em que suscitou desconfianças e prevenções mútuas. Esse contexto de rivalidade foi animado, antes de qualquer coisa, pela pretensão de liderarem as nações do bloco sul-americano, ou seja, pelo desejo de hegemonia regional.

Procurando as raízes dessa disputa, RECKZIEGEL (1996) se reporta, ao século XIX, pois ao longo dele, o Império brasileiro e os governos argentinos manobram em busca de influência junto aos pequenos Estados limítrofes, notadamente o Uruguai, Paraguai e Bolívia:

Observamos, já em 1820, o choque entre os dois países pela posse da Cisplatina; em 1852, o Brasil moveria guerra contra o ditador portenho Rosas, acusado de tentar restabelecer o Vice-Reinado do Prata, espécie de condomínio regional, liderado pela Argentina e que incluía Paraguai, Uruguai e Bolívia (...) Um outro episódio nas relações Brasil-Argentina, no final do século XIX, configurar-se-ia na disputa pelo território de Palmas de Misiones. O rumoroso caso, que envolveu dois renomados chanceleres, Zeballos e visconde de Rio Branco, acabou sendo arbitrado pelos Estados Unidos, que se pronunciaram favoravelmente ao Brasil (...) Os atritos entre os dois países voltaram a ocorrer no início do século XX, evidenciando um dos momentos de maior tensão nessa relação. Os incidentes iniciaram-se em 1906, com as acusações constantes do ministro do Exterior argentino, Zeballos, a respeito do que ele considerava armamento excessivo da Marinha brasileira, o que viria a contrariar o princípio de equivalência naval entre as duas nações. Zeballos não poupava críticas ao militarismo e ao imperialismo brasileiros. Note-se aí que o chanceler argentino nada fazia de original uma vez que essas posturas já haviam sido invocadas no século anterior por Alberti, um intérprete do ódio e da desconfiança ao Brasil, (RECKZIEGEL, 1996, P. 31 e 32).

Contudo, dentre os fatos que mais chamam a atenção RECKZIEGEL (1996, P. 32 e 33) nas relações de rivalidade entre o Brasil e a Argentina, um em especial é considerado o ápice nessas relações de conflito: No ano de 1908, no episódio do telegrama nº 9, quando a chancelaria Argentina interceptou um telegrama cifrado de Rio Branco à delegação brasileira no Chile; tendo-o decifrado, mandou publicá-lo na imprensa portenha de forma deturpada, dando-lhe caráter de intriga contra a Argentina. Rio Branco, respondeu publicando o Código Diplomático Brasileiro e o texto original do telegrama para demonstrar que a versão divulgada na Argentina fora falsa. Consequentemente, o constrangimento causado nos círculos políticos argentinos foi tamanho que o chanceler acabou demitido. Em comentário sobre o acontecido, Rio Branco diria depois: “Mais do que nunca é preciso que nos ponhamos em estado de defesa contra esse vizinho, desde que loucos como Zeballos ali podem agitar a opinião”.

Na década de 1940, surgiria um outro foco de tensão entre Brasil e Argentina, cujo ponto-chave eram as pretensões imperialistas dos Argentinos. Em 1943, um Grupo de Oficiais Unidos (GOU), sob a liderança de Juan Domingo Perón, lançou um manifesto no qual especificava que seu objetivo era a formação de um bloco de regimes, semelhante ao dos países hispano-americanos vizinhos, a fim de isolar o Brasil e de combater a influência norte-americana na região. RECKZIEGEL (1996. P. 35) cita uma passagem do documento: “uma vez que o Brasil caia, o continente sul-americano será nosso”, alusão inconfundível ao entrave que o Brasil representava aos planos hegemônicos argentinos. Essas intenções, contudo, tiveram de ser contidas, especialmente em função da Guerra Mundial, que obrigou a Argentina a estabelecer relações comerciais com o Brasil de forma mais intensa uma vez que suas fontes tradicionais de importação da Europa estavam bloqueadas.

Contudo, não pode-se analisar a rivalidade entre Brasil e Argentina somente a através dos meios oficiais, sejam políticos ou diplomáticos. RECKZIEGEL (1996. P. 36), lembra que em alguns períodos, a diplomacia oficial esforçava-se para manter as relações governamentais em níveis amistosos, seguindo a tática inaugurada por Rio Branco. Para demonstrar esse procedimento, parece-nos adequada a expressão harmonia oficial, utilizada por Hilton (1983), que sugere a existência de questões que ocorriam à margem das relações diplomáticas propriamente ditas.

A década de 1950, por exemplo, inaugura um novo capítulo na história da rivalidade Brasil-Argentina. Os anos que coincidiram com os mandatos de Vargas e de Perón seriam de uma tensão tão exacerbada que, talvez, somente encontrem similaridade na época de Rio Branco e de Zaballos.

Numa primeira análise, esse período se apresentaria para as relações entre ambos os países como de aparente simetria. De um lado, os dois passaram a dispor dos requisitos básicos que lhe permitiram rápidos processos de industrialização, ou seja, manterem fortes vínculos de dependência com o sistema internacional. Tanto Brasil quanto Argentina, foram capazes de realizar um processo de substituição de importações durante a década de 1930 que, se mantido em um longo prazo poderia conduzir a uma transformação estrutural em suas economias. Por outro lado, ambos se viram direta ou indiretamente, envolvidos na inserção da América Latina em um projeto político internacional; no que se refere ao aspecto político, a orientação populista-nacionalista e a estrutura pareciam também aproximá-los. Evidentemente, essa similitude político-ideológica dos governos Vargas e Perón não

significou, de forma alguma o abandono de uma postura competitiva entre as nações. RECKZIEGEL (1996. P. 38) esclarece que ao lado das semelhanças, haviam diferenças fundamentais, sobretudo no que diz respeito à direção dada à política externa de cada governo.

FROTA (1991) ao discutir as relações entre Brasil Argentina, considera a origem da rivalidade tem origens no século XV, remetendo a um período histórico anterior, inclusive, ao chamado descobrimento do Brasil, em 1500. Nos anos finais de 1400, quando Espanha e Portugal discutiam a divisão das terras localizadas a oeste da Europa:

Quando – no século XV – Portugal e Espanha iniciaram o ciclo expansionista dos descobrimentos, os interesses das duas coroas geraram conflitos, procurando as suas diplomacias resolver as questões jurídicas através dos respectivos títulos das possessões descobertas. Recorreu-se às bulas papais como a “Inter Coetera” (1493), pela qual, o meridiano divórcio de cem léguas a oeste de Cabo Verde, estabelecida limites entre as possessões lusas e espanholas. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), ficou estabelecida a medida de 370 léguas a oeste da linha traçada anteriormente. Assim, quando Cabral chegou ao Brasil, já eram portuguesas as terras descobertas. As correntes colonizadoras lusas não tardaram a encontrar resistência por parte de corrente espanhola, que efetuava também a ocupação do seu espaço territorial.

Descoberto o rio da Prata pelos espanhóis, o rei português, D. João III, dividiu o seu domínio em doze Capitanias Hereditárias dentro de uma estratégia inicial de contenção de espaço geopolítico. A implementação dessa estratégia já evidenciava os desígnios de incorporação daquele rio ao território português. Os interesses brasileiros no rio da Prata, no século XIX, representaram a continuidade da política portuguesa, cuja expansão em direção ao Prata foi assinalada com a fundação da Colônia do Sacramento. Os efeitos dessa política, contudo, só se fizeram notar em toda a sua extensão, após o período de ruptura da união das duas coroas peninsulares, iniciado sob Felipe II. (FROTA, 1991, p.23)

O período do Brasil Colônia também nos mostra algumas situações bastante relevantes, que ajudam a fomentar a rivalidade entre os dois países, e em alguns momentos com tentativas bastante evidentes de impor a soberania de Portugal às terras que pertenciam aos espanhóis. FROTA (1991, p 24 e 25) Destaca em especial o período em que a Coroa Portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro:

Com a invasão napoleônica na Península Ibérica, deu-se a transferência da corte portuguesa e a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves (1808 – 1821). A situação brasileira com essa transformação, foi ímpar no panorama americano de então. Instalada a

Corte no Rio de Janeiro, foi encaminhado ao Cabildo de Buenos Aires um pedido do exame da conveniência de que a infanta de Espanha, Carlota Joaquina, fosse reconhecida... “como cabeça do governo no Rio de Janeiro e a seu marido como protetor natural dos direitos do rei espanhol”. O Cabildo, habilmente negou tais pretensões, preferindo manter-se fiel ao rei da Espanha.

Tentativa similar deu-se mais tarde com a volta de D. João VI a Portugal. A ocupação portuguesa da Banda Oriental contrariava a Espanha, assim num ato de “doble fundo”, reconheceu-se as Províncias Unidas do Rio da Prata, ou seja, desejou-se legitimar a forma de anexar, reconhecendo-se a identidade da nova nação. Foram as ambições territoriais lusas que levaram a Espanha a preparar a expedição capitaneada por D. Pedro de Mendoza (1953). Deu-se então a primeira fundação de Buenos Aires, numa tentativa de impedir a fixação portuguesa no Prata. As lutas e rivalidades na região foram, pois, o produto da confrontação luso-espanhola pelo controle desse ponto chave na América do Sul. (FROTA, 1991, p. 24 e 25).

Contudo, não há como dissociar a influência dos fatores geopolíticos nas relações Brasil e Argentina. Em relação às políticas externas dos dois países, sempre houve um país que buscou a manutenção do equilíbrio na balança de poder entre Brasil e Argentina. Aliás, hora mais próximo do Brasil e por vezes mais próximos de Portugal, os Estados Unidos sempre primaram por manter uma influência constante na América do Sul. Em especial, tratando-se do âmbito militar, de diversas maneiras os Estados Unidos buscaram influenciar para um evitar a soberania continental de uma das duas nações.

FROTA (1991) nos traz o exemplo do caso ocorrido no ano de 1908, quando o secretário norte-americano Root propôs ao Brasil a divisão de seu couraçados com a Argentina, negando-se Rio Branco a considerar tal proposta. Ao contrário dos desejos norte-americanos, no ano seguinte, o parlamento brasileiro aprovou uma resolução pela qual acrescentaria além dos três navios já encomendados, um dreadnought e um cruzador a cada 3 anos, além de destroieres, submarinos e um total de oito dreadnought.

Aos Estados Unidos não interessava que qualquer dos dois países obtivesse supremacia. As rivalidades impediriam a formação de um bloco dos neutros atuando contra os interesses norte-americanos. A linha de política exterior norte americana para com a Argentina não foi mais dura, em função do alvorecer da 1ª. Guerra Mundial, Pelo seu lado, a Argentina Retribuiria com animosidade a essa política. A atuação política exterior brasileiro-argentina, no curso da primeira metade do século XX, foi marcada por acontecimentos fundamentais para sua compreensão. No plano externo, tivemos a Primeira Grande Guerra, a

crise mundial, e a Segunda Grande Guerra; no plano regional, a guerra do Chaco, a questão do ABC e, no plano interno, a subida de Getúlio Vargas e de Peron ao poder. As rivalidades entre Brasil e Argentina continuaram existindo, sendo um dos fatores de peso nas respectivas estratégias de política exterior de ambos os países. (FROTA, 1991, p. 55 e 56).

Contudo, houve um período especial nas relações de divergências entre o Brasil e Argentina ficaram um pouco mais evidente. A década de 1970, em que os dois países tinham como sistema de governo ditaduras comandadas por militares, as duas nações também passaram por período bastante conturbados. No âmbito do futebol, o Brasil em 1970 conquistava a Tri-campeonato Mundial, no que foi destacada pela mídia nacional como uma das maiores seleções de todos os tempos. Mas foi neste período que a Argentina ascendeu para o cenário futebolístico mundial, não apenas promovendo uma Copa do Mundo em seu território, mas também conquistando seu primeiro título, e desta forma ameaçando quebrar a hegemonia que o Brasil havia conquistado na América do sul desde 1958.

O aumento na rivalidade entre os dois países não se refletiu apenas dentro de campo MELLO (1996, p.145 e 146), enfatiza que a rivalidade entre Brasil e Argentina na década de 1970 atingiu, sua máxima intensidade com o conflito político-diplomático que teve como ponto focal o problema da compatibilização das represas de Itaipu e Corbus. A acirrada polêmica entre as potências desenvolveu-se em dois níveis distintos: um ostensivo e oficial, o outro camuflado e oficioso. O primeiro dizia respeito aos óbices técnicos e diplomáticos que envolviam a construção de ambas as represas em um rio internacional contíguo e de curso sucessivo; o segundo, abrangia uma dimensão estratégica e geopolítica com repercussões no equilíbrio de poder regional.

De acordo com a posição da diplomacia argentina, o empreendimento brasileiro-paraguaio, situado a montante do rio Paraná, deveria estar subordinado a um mecanismo de consultas prévias entre as partes interessadas como forma de evitar prejuízos sensíveis e permanentes à futura hidrelétrica de Corpus, um projeto argentino-paraguaio a ser edificado 200 quilômetros a jusante de Itaipu, no trecho fluvial pertencente em condomínio aos dois países.

MELLO (1996, p.148) destaca que os argentinos temiam também que a compatibilização com Itaipu resultasse em prejuízos insanáveis à rentabilidade econômica de Corpus, que com isso perderia seu poder compensador como uma das peças-chave do tabuleiro platino. O valor estratégico de Corpus estava exatamente em seu papel de

contrapeso à presença de Itaipu: o projeto binacional argentino-paraguaio poderia reequilibrar parcialmente a balança de poder e neutralizar relativamente a preponderância brasileira no Paraguai por meio do incremento da parceria argentina com o país guarani, que retomaria a pendularidade política em relação aos poderosos vizinhos.

Considerações Finais

Como foi abordado no começo dessa discussão, se, por um lado, o prazer de superar um rival é um prazer, por outro, a derrota torna-se um grande martírio. A rivalidade exerce uma influência direta no cotidiano das pessoas e na sua autoestima, se referindo a questões ligadas ao universo do futebol ou ao universo das relações exteriores. Uma derrota, por exemplo, define o rumo iniciado e norteado nos bastidores, seja das seleções ou dos governos.

Sem dúvida, quando pensamos em futebol a maior rivalidade é entre Brasil e Argentina. Porém, como foi exposto neste trabalho, não foi no campo de futebol que iniciou esta rivalidade. Ao longo de décadas, uma série de decisões relacionadas à política externa deixaram a evidência a competição por uma sobreposição de um país sobre o outro na luta por uma soberania, seja ela política, econômica ou bélica na América do Sul.

Depois de uma sucessão de atritos não é de estranhar que essa rivalidade migrou para o campo de futebol, pois como foi possível observar, o futebol nada mais é do que uma guerra simbólica. Uma metáfora que se reflete em 90 minutos todo o simbolismo de uma sociedade. Neste caso as nações do Brasil e da Argentina resolvem dentro de um campo de futebol as suas diferenças e seus atritos que foram sendo construídos ao longo de uma história, que desde os primórdios foi marcada por disputa pelo território, supremacia bélica e supremacia econômica.

Bibliografia

ALVES, Rubem. *O Futebol Levado a Riso*. Lições do Bobo da Corte. Campinas, Versus Editora, 2006.

CHACRA, Guga; PALACIOS, Ariel. *Los Hermanos e Nós*. São Paulo Editora Contexto, 2014.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. *Brasil Argentina: Divergências & Convergências*. Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao Sol e à Sombra*. Tradução: NEPOMUCENO, Eric; BRITO, Maria do Carmo; FARACO, Sérgio; SSÓ, Ernani. Porto Alegre, L&PM, 2004.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002, v.1

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. Tradução: BRANT, Wanda Nogueira Caldeira; NUNES, Marcelo de Oliveira. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: A Balança de Poder no Cone Sul*. Annablume Editora. 1996.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *O pacto do ABC: AS relações Brasil – Argentina na década de 1950*. EDIUPF, 1996.

SMITH, Antony D. O nacionalismo e os historiadores. In BALAKRISHNAN, Gopal (Coord.) *Uma mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro; contraponto, 2000.

THIESSE, Anne Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais. Anos 90*. Porto Alegre: n. 15, 2001/2002.

WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: O Futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.